

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

### ATA DA 435ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DO IFUSP

**ATA** – Aos vinte e cinco de junho de dois mil e nove, no Auditório Abraão de Moraes, reuniu-se, em 3ª. Convocação, a Congregação do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, sob a presidência do Senhor Diretor, Prof. Dr. Alejandro Szanto de Toledo, e com a presença dos seguintes membros; **Vice-Diretor:** Prof. Dr. Hercílio Rodolfo Rechenberg; **Professores Titulares:** Profs. Drs. Artour Elfimov (de 09h40min até 11h18min), Dmitri Maximovitch Gitman (de 09h55min até 11h20min), Manoel Roberto Robilotta (após 09h48min), Márcia Carvalho de Abreu Fantini (após 09h58min), Maria Teresa Moura Lamy (de 09h38min até 11h27min) e Vito Roberto Vanin. **Chefes de Departamento:** Profs. Drs. Roberto Vicençotto Ribas (até 11h20min), Oscar José Pinto Éboli (até 11h18min), Fernando Silveira Navarra (até 11h22min), Renato de Figueiredo Jardim e Sylvio Roberto Accioly Canuto (até 11h42min). **Presidentes de Comissão:** Profs. Drs. Celso Luiz Lima (de 09h55min até 11h20min); Marina Nielsen (até 11h22min) e Vera Bohomoletz Henriques (até 11h23min); **Professores Associados:** Profs. Drs. Ana Regina Blak (após 09h35min), Valmir Antonio Chitta, Alberto Villani (suplente) (após 09h47min), Pedro Kunihiko Kiyohara (até 11h23min), José Roberto Brandão de Oliveira (após 10h10min), Antonio Domingues dos Santos e Fernando Tadeu Caldeira Brandt (até 11h20min); **Professores Doutores:** Profs. Drs. Carmen Silvia de Moya Partiti (de 09h24min até 11h), João Zanetic (após 09h38min), Marcelo Gameiro Munhoz (suplente) (até 11h53min), Philippe Gouffon, Alexandre Alarcon do Passo Suaide (suplente), Raphael Liguori Neto, José Luciano Miranda Duarte, Américo Adlai Franco Sansigolo Kerr (após 10h10min), Maria Regina Dubeux Kawamura (de 09h24min até 11h), Nemitala Added (até 11h43min), Hideaki Miyake (até 12h16min) e Paulo Reginaldo Pascholati (após 09h47min). **Representantes Discentes:** Paulo Roberto Silva, Arão Benjamim Garcea (de 09h38min até 10h40min), Patrícia Camargo Magalhães e Marcelo de Carvalho Bonetti; **Representantes dos Servidores não docentes:** Srs. Marcos da Silveira Proença e Ednéia Alves de Rezende (após 10h19min). Encontram-se **afastados** os seguintes membros docentes: **Professores Titulares:** Profs. Drs. Adalberto Fazzio, Iberê Luiz Caldas (licença-prêmio), Marcos Nogueira Martins, Marília Junqueira Caldas, Ricardo Magnus Osório Galvão, Silvio Roberto de Azevedo Salinas e Victor de Oliveira Rivelles. **Chefe de Departamento:** Prof. Dr. Paulo Eduardo Artaxo Netto; **Professores Associados:** Profs. Drs. Thereza Borello-Lewin, Paulo Alberto Nussenzveig (suplente), Manfredo Harri Tabacniks e Valério Kurak (licença-prêmio); **Professor Doutor:** Profa. Dra. Marcia de Almeida Rizzuto (suplente). Não compareceu à reunião mas **justificou** sua ausência; **Professor Titular:** Prof. Dr. Antonio Martins Figueiredo Neto. Não compareceram à reunião e **não apresentaram justificativas** para suas ausências; **Professores Titulares:** Profs. Drs. Adilson José da Silva, Alinka Lépine, Antonio José Roque da Silva, Armando Corbani Ferraz, Carlos Castilla Becerra, Coraci Pereira Malta, Dirceu Pereira, Edílson Crema, Elcio Abdalla, Gil da Costa Marques, Guennadii Michailovitch Gusev, João Carlos Alves Barata, José Carlos Sartorelli, Josif Frenkel, Marcelo Otávio Caminha Gomes, Maria Cristina dos Santos, Mário José de Oliveira, Mauro Sérgio Dorsa Cattani, Nei Fernandes de Oliveira Junior, Nelson Carlin Filho e Nestor Felipe Caticha Alfonso; **Presidentes de Comissão:** Profs. Drs. Rosangela Itri e seu suplente Valmir Antonio Chitta; **Professores Associados:** Profs. Drs. Carmen Pimentel Cintra do Prado, Lucy Vitória Credidio Assali e sua suplente Euzi Conceição Fernandes da Silva, Helena Maria Petrilli e sua suplente Maria Cecília Barbosa da Silva Salvadori, Emerson José Veloso de Passos, Ruy Pepe da Silva (suplente), Álvaro Vannucci (suplente), Rubens Lichtenthaler Filho e seu suplente Luiz Carlos Chamon, Said Rahnamaye Rabbani e seu suplente Sadao Isotani, Renata Zukanovich Funchal, Paulo Teotônio Sobrinho e seu suplente Jorge Lacerda de Lyra, Arnaldo Gammal e sua suplente Suhaila Maluf Shibli; **Professores Doutores:** Profs. Drs. Giancarlo Espósito de Souza Brito, Marcelo Martinelli e seu suplente Daniel Reynaldo Cornejo e Kaline

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

Rabelo Coutinho e sua suplente Carla Goldman; **Professor Assistente:** Prof. Fábio Stucchi Vannucchi; **Representantes Discentes:** Diego Henrique da Cunha Navarro, Mariana Scatolin Rossafa Garcia, Guilherme Vieira dos Santos e Viviane Morcelle de Almeida. A Assistente Acadêmica, Sra. Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitum, secretariou a reunião. O Sr. Diretor iniciou a sessão às 9h20min com a **1a. PARTE EXPEDIENTE - ITEM I - COMUNICAÇÕES DO DIRETOR:** 1) Comunicações da 216ª Sessão Ordinária do CTA, realizada em 18.06.09. a) PÓS-DOUTORAMENTO NO IFUSP: **NOVO** Leandro Ramos Souza Barbosa “Bioestimulação da proteína de membrana Na, K-ATPase por laser de baixa intensidade: propriedades estruturais e conformacionais por SAXS, CD e Fluorescência”. Supervisor: Profa. Rosângela Itri. Período: 02.01.09 a 21.12.09 (Bolsa FAPESP). Nelson Carvalho Farias Junior “Lipoproteínas Humanas – algumas propriedades ópticas e suas relações com fenótipo do doador”. Supervisor: Prof. Antonio Martins Figueiredo Neto. Período: 01.03.09 a 28.02.10 (Bolsa FAPESP). Renato Borges Pontes “Caracterização de Nanofios Metálicos dopados: propriedades mecânicas e de transporte”. Supervisor: Prof. Antonio José Roque da Silva Período: 11.12.2008 a 10.12.09 (Bolsa FAPESP). Ricardo Alexandre dos Santos Silva “Estudo da distribuição dos fragmentos de DNA produzidos pela radiação gama, nêutrons e alfa”. Supervisor: Prof. João Dias de Toledo Arruda Neto. Período: 01.03.09 a 28.02.10 (Bolsa FAPESP). Comunicados. b) OF.DIF.040/2009, de 18.05.09, solicitando o afastamento do Prof. Alejandro Szanto de Toledo, no período de 14 a 21.08.09, para participar da “The 10th International Conference on Nucleus - Nucleus Collisions” em Beijing (China). c) OF.DIF.046/2009, de 25.05.09, solicitando o afastamento do Prof. Alejandro Szanto de Toledo, no período de 28.06 a 11.07.09, para visitar o Instituto de Física Nuclear em Dubna – Rússia e o Laboratório do Instituto de Física Nuclear de Orsay – Paris e, ainda, participar do STAR Analysis Meeting, MIT em Massachusetts, Boston (EUA). d) Ocorrências referentes a funcionários do IFUSP no início de 2009: desligados. Comunicados. 2) Outras Comunicações: a) Resolução USP-5.553, que dispõe sobre o Programa de Bolsas para Professor Visitante na USP. b) Propostas de uso de recursos da parcela da Reserva Técnica para custos de infra-estrutura institucional para Pesquisa (FAPESP), para as modalidades auxílio à pesquisa e Projetos Temáticos – exercício de 2009, encaminhadas pelos Departamentos: FNC, FMT e FMA. c) Sugestões do Instituto de Física para as Diretrizes Orçamentárias para a USP, para o exercício de 2009. Comunicados. **ITEM I.2 – COMUNICAÇÕES DO DIRETOR SOBRE DEFESAS DE TESES:** A) **DEFENDERAM DISSERTAÇÃO DE MESTRADO:** Claudinei Aparecido Oliveira Moreira. “Ambiente Virtual Interativo no Ensino de Ciências: Uma Abordagem Sociocultural” – Orientador: Prof. Marcelo Giordan Santos (FEUSP). Ligia Valente de Sá Garcia. “A Física Moderna e Contemporânea no Ensino Médio: Caminhos para a Sala de Aula” – Orientador: Profa. Maria Regina Dubeux Kawamura. Mari Inez Tavares. “Um Olhar sobre a Educação Continuada em Ciências de Professores das Séries Iniciais no Estado de São Paulo” – Orientador: Profa. Daisy de Brito Rezende (IQUSP). Regina Célia Medeiros Felix “Estudo de Determinação dos Parâmetros que descrevem a Dinâmica de uma Supernova Galática por um Detector de Neutrinos Futuro” – Orientador: Profa. Renata Zukanovich Funchal. Comunicados. **ITEM I.6 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS:** a) 431ª Sessão Ordinária, realizada em 13.03.09, b) 433ª Sessão Ordinária, realizada em 30.04.09. O Sr. Diretor retirou a ata 433 de pauta, porque a mesma não foi encaminhada em tempo hábil para o conhecimento dos membros. Foi aprovada por unanimidade a ata 431. **2a. PARTE - O R D E M D O D I A.** **ITEM II – ASSUNTOS NOVOS PARA DELIBERAR:** **ITEM II.1 - INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE E RESPECTIVO SUPLENTE DA DIRETORIA JUNTO À COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS, A PARTIR DE 26.06.09.** O Sr. Diretor disse que essa é uma indicação feita pelo Diretor e os nomes atuais são os dos Professores Valmir Chitta e Alvaro

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

Vannucci. A proposta da Diretoria é de que eles permaneçam no cargo. Não havendo nova sugestão de nomes, foi colocada em votação a proposta da Diretoria que foi aprovada por unanimidade. ITEM II.2 - APRECIÇÃO DO PLANO DE PESQUISA, PARA INGRESSO NO RDIDP, DO PROF. DR. ALEXANDRE LIMA CORREIA, TENDO EM VISTA SUA APROVAÇÃO EM CONCURSO PARA O PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR JUNTO AO FAP (EDITAL IF/86/08). Relator do FAP: Prof. Roberto Vicençotto Ribas. Colocado em votação foi aprovado com 18 votos a favor, 1 voto nulo e 3 votos brancos. ITEM II.3 - HOMOLOGAÇÃO DO PARECER FINAL DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR JUNTO AO DEPARTAMENTO DE FÍSICA MATEMÁTICA, SEM CANDIDATOS APROVADOS (EDITAL IF/076/08). ITEM II.4 - HOMOLOGAÇÃO DO PARECER FINAL DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR JUNTO AO DEPARTAMENTO DE FÍSICA NUCLEAR, NO QUAL FOI APROVADO O DR. LEANDRO ROMERO GASQUES (EDITAL IF/084/08). ITEM II.5 - HOMOLOGAÇÃO DO PARECER FINAL DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR JUNTO AO DEPARTAMENTO DE FÍSICA DOS MATERIAIS E MECÂNICA, NO QUAL FOI APROVADO O DR. LUIZ CARLOS M. NAGAMINE (EDITAL IF/089/08). ITEM II.6 - HOMOLOGAÇÃO DO PARECER FINAL DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR JUNTO AO DEPARTAMENTO DE FÍSICA EXPERIMENTAL, NO QUAL FOI APROVADO O DR. CRISTIANO LUIS PINTO DE OLIVEIRA (EDITAL IF/085/08). O Sr. Diretor colocou os itens em bloco. O Prof. Sylvio Canuto comentou que um dos editais, o de número 089/08, teve uma curiosidade porque o candidato teve três indicações e duas reprovações. O Prof. Vito Vanin comentou que há um resultado comum a todos os concursos realizados: a pior nota em média é a da avaliação didática, individualmente quase na totalidade dos candidatos. A grande maioria dos tópicos de aula era de assuntos básicos de disciplinas que variaram da Mecânica Newtoniana a Mecânica Quântica, passando pela Física Moderna. Nitidamente, o conhecimento de Física Básica dos candidatos dos concursos não está à altura de sua competência científica, atestada por dezenas de trabalhos publicados, com centenas de citações. Esse resultado não é novo e foi objeto de debate recente, pela internet, patrocinado pela SBF. Essa realidade tem explicação simples e solução fácil, mas requer acertos no paradigma *publish or perish*, adotado atualmente aqui e pelas agências de fomento. Não há dúvida que os candidatos são interessados em Física, de modo que o conhecimento insuficiente só pode ser atribuído à insuficiência dos cursos de Física que realizaram. A Universidade ensina Física mal. A continuidade dessa situação de conhecimento insuficiente após o doutoramento mostra que eles não retornam ao estudo da Física Básica depois de formados, quando estão autônomos e maduros para aprender o necessário. Sugeriu quebrar esse processo por uma adição ao paradigma do *publish or perish* incluindo na avaliação do pesquisador indicadores de produção em ensino. Do ponto de vista da nossa Instituição, essa é uma questão que se reveste, inclusive, de motivação ética já que o ensino de graduação é atividade fim e um serviço importante ao país, motivado pelo fato de o pesquisador no Brasil ser também professor, e que é da sua atividade em sala de aula que depende a qualidade da formação básica. Os indicadores são conhecidos: uma primeira fonte, a CERT, que relaciona mais de uma dezena de indicadores de produção didática. Acrescentou que podemos seguir reclamando, mas propôs assumirmos nossa responsabilidade com coragem política. Disse que não é fácil contrapor-se ao paradigma atual, uma vez que há um imenso respaldo para ignorar a atividade didática por parte de todas as Instituições que se saem pior que a nossa no ensino. O Prof. Oscar Éboli concordou com o que disse o Prof. Vito e acrescentou que não só aqui, mas

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

em vários lugares do Brasil, tem ficado claro que a formação dos Doutores e o conhecimento de Física Básica foi completamente relevado, contudo discordou da receita para consertar isso. Exemplificou, dizendo que o IFUSP já abandonou há muitos anos uma medida que forçava que a pessoa estudasse durante seu doutoramento e lembrasse que deveria saber Física Básica, que era o exame de qualificação. Podem ser criadas outras maneiras para aferir-se o conhecimento do candidato, que não precisa ser necessariamente isso, uma vez que o problema está no conhecimento não na técnica de dar aula, nem nos aspectos didáticos. O **Sr. Diretor** fez um comentário envolvendo o concurso do Departamento de Física Matemática, mas que pode ser estendido a todos. Disse que o preocupa uma situação existente no Instituto de Física da Universidade de São Paulo, presumidamente o melhor e mais cobiçado, uma vez que um concurso do Departamento de Física Matemática, que é um Departamento que coloca a competitividade e qualidade como metas, não encontra no país um candidato apto a fazer parte dele. Seja porque não se inscrevem ou porque desistem ou porque não têm qualidade, segundo a banca. Sabe-se que há desistências em concursos por questões como prazos, intervalo de tempo entre a inscrição e a realização do concurso etc., entretanto havia onze candidatos inscritos e apenas quatro se apresentaram. É um índice muito alto de desistência. Dos quatro que se apresentaram, nenhum foi considerado apto pela banca, entretanto desses quatro vários tiveram história no Departamento. Sua preocupação é que não haja no país gente gabaritada para integrar esse Departamento; e maior estranheza causou a consulta feita antes da realização do concurso, através de seu representante, da possibilidade de ser anulado. Lamentou que não se tenha uma demanda tão grande quanto se imagina que deveria ter o Instituto de Física, dada sua qualidade no cenário nacional. O **Prof. Oscar Éboli** disse que vários aspectos devem ser levados em conta nesse episódio. Primeiramente, a banca tinha toda a autonomia para observar os candidatos naquele momento em que foram avaliados. Sabe-se que as pessoas, ao longo de sua história, variam a sua competitividade para fazer um concurso. Disse que esse concurso teve sua abertura adiada por mais de nove meses e esse adiamento pesou na hora das inscrições. Deveria ter saído antes dos demais concursos e acabou sendo após muitos dos concursos federais. Há muitos casos de inscritos que não se apresentaram porque haviam sido aprovados, há um ou dois meses, em outros concursos. Considerou que se deveria refletir sobre a forma como esse concurso está sendo feito. Esclareceu que fazer-se um concurso de entrada que seja já de efetivação, corta a possibilidade desse concurso ter um anúncio mais amplo e haver a contratação de pessoas de fora do Brasil. Este Instituto mesmo teve sua *celula mater*, lá atrás, feita por pessoas trazidas de fora que o criaram. Esse formato de concurso engessa um pouco a possibilidade de atrair bons candidatos de fora. Há pouco tempo o IFT também tinha uma vaga, seu perfil é similar ao do Departamento de Física Matemática, e conseguiram excelentes candidatos de fora o que infelizmente, dadas as nossas condições, não nos foi possível fazer. O **Prof. Hercílio** concordou com o Prof. Vito quanto à nota da prova didática dos concursos ser sempre a mais baixa, no entanto observou ao longo dos anos que o mesmo acontece nos concursos de Livre-Docência. E aí se fala de pessoas com cinco anos ou mais de experiência didática. Disse que considera difícil que o problema não seja falta de conhecimento, talvez o formato da prova leve à dúvida se o candidato deve dar uma aula como se fosse para alunos realmente ou se deve caprichar no nível. Colocados em votação em bloco, os relatórios concursos foram homologados com 2 abstenções. **ITEM II.7 - CRITÉRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENCARGOS DIDÁTICOS.** O **Sr. Diretor** fez um breve retrospecto do motivo pelo qual o assunto está vindo à Congregação. Disse que a CG tinha, historicamente, a incumbência da distribuição de carga didática, alocação de docentes com certos critérios de prioridade como isonomia etc. Como o Instituto de Física tem apenas um curso de Bacharelado e outro de Licenciatura, diferentemente de outras unidades, o responsável pelos cursos é o próprio Instituto e não os Departamentos. Após aproximadamente dois anos de debate, a

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

Congregação decidiu fazer com que as disciplinas fossem da Unidade, apesar dos Departamentos terem o papel de verificar a participação de seus docentes na ministração da carga didática. Para conciliar essa situação, cursos do IF e disciplinas dos departamentos, é que tínhamos o acordo de cavalheiros no qual a CG regia e os Departamentos aprovavam a distribuição dos encargos didáticos. Com o rompimento do acordo de cavalheiros houve uma transformação, e as disciplinas passaram a ser da Unidade, portanto houve a mudança das siglas para 430 mais o número da disciplina. Basicamente, a proposta é manter o procedimento do acordo de cavalheiros, ou seja, qualquer docente pode ministrar qualquer disciplina designada pela CG, dentro do critério de prioridades. A mudança é que em vez do Presidente da CG ir de docente em docente pedindo para ministrar uma disciplina que está sem professor, é o representante do Departamento que fará esse papel. Disse que acha razoável que haja isonomia de responsabilidade no que diz respeito à carga didática, e isso é feito nessa proposta, tendo cada Departamento sua contabilidade de carga horária. Essa conta é feita tomando-se a carga didática total do Instituto, dividindo-a pelo número total de docentes habilitados e multiplicando pelo número de docentes do Departamento. Cabe ao Departamento fazer sua política interna, se o quiser. Ficam fora dessa contabilidade nos departamentos os bônus noturnos, que são direitos adquiridos passados e futuros e as cargas duplas passadas, dado que as futuras serão administradas pelo Departamento. A licença-prêmio é de administração do Departamento que deverá garantir que a quota das disciplinas do departamento será ministrada, mesmo que docentes saiam em licença-prêmio. Essa é uma proposta feita consensualmente pelos Chefes de Departamento e que foi discutida nos Departamentos. Na prática não muda o que se realizava antes, porque o acordo de cavalheiros continua, embora deixe de ser um acordo e passe a ser um contrato regido pela Congregação, com responsabilidade de gestão da CG. O acordo de cavalheiros fica institucionalizado. Propôs que o ano de 2009 seja um ano de estudos da proposta, e que 2010 seja o de implementação. Disse que sendo aprovada hoje essa proposta, essa contabilidade deverá ser feita a partir de 2010. O **Prof. Artour Elfimov** perguntou sobre a licença-prêmio, responsabilidade da Universidade, a qual o Diretor deseja transferir para os Departamentos. Disse que muitas vezes pode acontecer de o Departamento ter que executar a licença-prêmio de metade de seus docentes, por conta do prazo de cinco anos para usufruí-la; perguntou então como pretende forçar o Departamento a cobrir essa carga obrigando os docentes que ficam a ter carga dupla ou tripla. O **Sr. Diretor** respondeu que suas premissas não estavam de todo corretas, considerando que não há mais prazo para usufruir a licença-prêmio que é um direito adquirido do docente, mas necessita de autorização do Diretor. Se este entender que o período não é adequado poderá, a bem do serviço público, não autorizar a licença naquele período. Dado que todos os Departamentos têm o mesmo problema, transferir para eles a contabilidade não muda o que vem acontecendo. Todos, em algum momento até sua aposentadoria, terão que usufruir de suas licenças-prêmio. Em longo prazo, isso não faz nenhuma diferença. A **Sra. Patrícia Magalhães**, representante discente, disse ter observado uma questão que não foi tocada nessa proposta, que é a de Pós-Doutores e Monitores bolsistas darem aulas. Se todas as disciplinas a serem ministradas serão divididas pelo número de professores, significa que será o Departamento que indicará o número de Pós-Doutores e Bolsistas? Disse que gostaria de saber como funcionará essa relação de pessoas que não são docentes da unidade e que ministram aulas. O **Sr. Diretor** disse que essa questão foi debatida e concluiu-se que existe uma forma regimental de Pós-Doutores contribuírem na atividade didática, e ela será respeitada. Um Pós-Doc não pode assumir uma turma. A CG decidirá se ele está habilitado a dar sua contribuição numa disciplina. Disse que atualmente o número de pós-docs com atividade didática é muito pequeno. A **Sra. Patrícia Magalhães** disse que sua questão era sobre a divisão. Se a divisão é feita pelo número de aulas pelo número de docentes, nessa conta já se terá que colocar os Monitores bolsistas e os Pós-Doutores, porque na nova proposta isso

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

fica a cargo dos Departamentos. O **Sr. Diretor** responde que fica a cargo do Departamento essa questão, mas que também fica a cargo da CG aceitar que o Pós-Doutor dê ou não essa carga didática. O **Prof. Ribas** disse que até pensaram no problema dos Monitores, mas por descuido nada foi colocado no documento em pauta. A idéia é que continue como agora, com a CG se responsabilizando pelo número de Monitores bolsistas, e que a carga horária distribuída seja a remanescente da distribuição para os Monitores. A questão dos Pós-Doutores, dos Professores colaboradores, Professores aposentados seria, dentro da legalidade, contada para a carga do Departamento. A questão dos Monitores é, no seu entendimento, gerida pela CG e não pelos Departamentos. O **Prof. Zanetic** disse que fica preocupado com essa atribuição que no final é de aula e de responsabilidade, mesmo entre aspas, de turma pelos Monitores A. Disse que, conversando com um aluno, soube que a FAPESP autoriza Monitores PAE a desempenhar essa atividade, não sabe se os Monitores A também podem fazê-lo. Disse que explicou ao aluno questões de natureza ética e deu sua opinião contrária sobre o assunto que, por princípio, se opõe. Disse considerar irregular essa situação, e que sua preferência era por aumentar na média a carga didática do corpo docente, e não atribuir carga didática irregularmente a pessoal não contratado para isso. O **Sr. Diretor** disse que via o assunto de forma muito parecida com a exposta pelo Prof. Zanetic. Disse que quando assumiu a Diretoria havia cerca de cinquenta Monitores e houve um debate muito acalorado no Instituto de Física sobre o assunto. Pessoalmente disse entender que o Programa de Monitoria como treinamento é importante, e que tentou abolir a ideia de Monitores A, B e C. Disse que no Regimento do IFUSP está previsto o Monitor bolsista, então propôs à CG que utilizasse esses Monitores como treinamento para a atividade didática, de acordo com o Regimento. O número foi reduzido para 25 Monitores, e objetiva-se que eles sejam apoio para a atividade didática e não responsáveis por ela. Disse ter sido orientado a não assinar certificados de bolsistas como tendo sido responsáveis por aulas, e sim como sendo apoio para atividade didática. No seu modo de ver, a institucionalização levará a uma consequência muito importante que é o funcionamento da Comissão de Avaliação de Disciplinas (CAD). Ela terá que ser colocada em discussão para avaliação das disciplinas. Antigamente a CG não tinha instrumentos para fazer isso porque era obrigação dos Departamentos a avaliação didática dos docentes, mas hoje em dia tem. A **Sra. Patrícia Magalhães** disse que a situação é mais complicada do que ela imaginava porque, se existem 25 Monitores bolsistas, então a conta de número de aulas a serem ministradas dividida pelo número de professores que passa a ser 200... sendo interrompida nesse momento pelo **Sr. Diretor** que disse não ser esse o número, porque Monitor bolsista não pode substituir professor. A **Sra. Patrícia** prosseguiu dizendo que o Monitor bolsista ministra aulas de Laboratório, e que se existem cinco turmas de Laboratório, duas turmas são ministradas por Monitores bolsistas e que todos sabem que funciona assim. Disse não pretender entrar no mérito da questão, mas quer saber como será administrada essa situação. O **Sr. Diretor** disse que um docente não pode colocar um Monitor bolsista para ministrar aulas em seu lugar porque há normas, existe uma regulamentação. É ilegal esse procedimento. O **Prof. Fernando Brandt** disse que entende que estão misturadas duas ações que são Monitores darem aula e Monitores tomarem conta de uma turma de Laboratório. É preciso diferenciar essas atividades que não são equivalentes. O **Sr. Diretor** concordou que não são equivalentes tanto quanto não são equivalentes uma aula de Física I e uma de Física Quântica. Frisou que não há Monitores dando aula no Instituto de Física. No tocante às aulas de laboratório, o Monitor dá apoio e não pode substituir um docente, não pode ser responsável por uma turma. A **Profa. Maria Teresa** Lamy comentou que não sabia o que fazem os 25 Monitores. Disse que sabe em relação ao curso que ministra que há Monitor de Laboratório. O Prof. Renato, responsável pelo Laboratório, organiza tudo, divide a turma em duas e permanece em uma delas, enquanto o Monitor fica em outra e ele é o professor responsável. Entende que a pergunta da Sra. Patrícia cabe no sentido em que quando é dividida

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

a carga didática, já está destinado um Professor para a turma de Laboratório. Entende que os Monitores estão contados como Monitores de Laboratório porque, em tese, é necessário uma pessoa em cada Laboratório, em uma está o Professor, e na outra o Monitor. O **Prof. Fernando Navarra** disse que se supondo que o Professor de Laboratório tenha que ministrar duas turmas, cada uma com quatro horas, mesmo sendo o responsável, precisará de ajuda de um Monitor para executar metade disso. Perguntou, então, como contaria sua carga, se seria contada como oito horas. O **Sr. Diretor** respondeu que não, que sua carga seria o número de horas que ele estaria disponível; portanto quatro horas. O **Prof. Fernando Navarra** disse que então estava respondida a pergunta da Sra. Patrícia porque terão que fazer a contagem de todas as horas que serão necessárias em sala de aula, descontar-se aquelas que serão dadas por Monitores e, depois, dividir isonomicamente pelos docentes. O **Prof. Philippe Gouffon** disse que ele estava um pouco equivocando porque pela conta que é feita tem-se quatro horas para uma turma, um Professor e setenta alunos. Não são doze ou dezesseis horas. O **Prof. Antonio Domingues** disse que no fundo se está dividindo o número de alunos e que o único ponto que ainda suscita dúvida não é com relação ao arranjo interno e sim como estão sendo computados na Reitoria os balanços de carga didática. O **Prof. Nemitala** disse que por vezes ocorre que nem se sabe quantas turmas de Laboratório se conseguirá montar antes da matrícula. Planeja-se seis turmas e, após a inscrição no sistema Júpiter, são necessárias sete. Há que se ministrar aulas para sete turmas porque não há equipamento suficiente etc. Tem-se que fazer uma divisão que seja diferente, e aí existirão docentes que darão sete horas por semana, outros oito horas. Disse que na realidade o que se faz é dividir as turmas, no Júpiter, em subturmas e aí são contabilizadas as horas de aula corretamente. Se ficar da forma como está no Júpiter, dá-se oito horas de aula por semana e só aparecem duas horas e meia. O **Prof. Zanetic** colocou a situação de surgir em duas turmas diferentes de Laboratório uma mesma pergunta e indagou se o Professor responderia nas duas turmas. Concluiu que não. O Professor responderia em uma turma e o Monitor em outra. O mesmo se dá com relação à correção de trabalhos. Prosseguiu dizendo que estamos subempregando pessoas. Disse que temos Departamentos na Universidade em que a média horária de carga didática é de oito, dez, doze horas e que prefere essa situação ao subemprego. O **Sr. Diretor** disse que embora seja um ponto importante para se debater, é um ponto complementar. Não estamos inventando nada, apenas escrevendo o que se pratica. Disse que para ele não haveria nenhum problema se a Congregação do IFUSP decidisse que não haveria mais Monitores, ao contrário seria uma grande economia financeira. Informou que há mais de um ano foi encomendado à CG um Programa de Monitoria que ainda não foi entregue. O IFUSP poderá ter um Programa de Monitoria e a forma de utilização dos Monitores na carga didática será uma decisão da Congregação. O **Prof. Celso Lima** lembrou que temos um Programa de Pós-Graduação no Instituto e que, nessa proposta de distribuição de carga didática, está previsto quase que num parêntesis, que se aplicarão as mesmas normas e regras que são aplicadas na Graduação. Disse que vê com grande receio essa situação. Prosseguiu dizendo que o Presidente da Pós-Graduação não tem que decidir entre um docente ou outro, embora gostasse de poder fazê-lo. A busca por disciplinas da Pós-Graduação não é grande e teme que se forem remuneradas inadequadamente, do ponto de vista de carga didática, se tenha uma crise dentro das disciplinas de Pós-Graduação, e sugere que o Instituto reflita sobre isso. A **Profa. Carmen Partiti** lembrou a discussão ocorrida há minutos sobre resultado de banca, na qual foi dito que a prova didática foi a pior prova de todos os candidatos. Disse que quando discutem que não se deve dar oportunidade aos nossos alunos de Pós, dos Pós-Doutorados darem aulas, continuamos no mesmo problema de falta de experiência didática. Prosseguiu dizendo que nas várias vezes que coordenou o curso de Introdução às Medidas em Física, viu brigas por conta da escolha do Monitor com experiência didática. Isso acontecia porque as Universidades particulares não contratam sem dois anos de experiência didática, e

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

que em todos os cursos de Laboratório dos quais participou não se fica sem um Professor na sala ao lado. Não há nenhum horário em que esteja apenas o Monitor. A **Profa. Márcia Fantini** disse que pensa ser interessante que o Instituto tenha um plano no qual se coloque um programa de monitoria. Considera que pode ser um programa muito bem sucedido porque quando o Monitor está nos plantões, está respondendo dúvidas, além de fazer-se com ele as listas de exercícios. Nos cursos que ministrou, nos quais havia teoria e laboratório juntos, e era preciso dividir as turmas porque a turma de teoria era muito maior, as experiências eram feitas com todos juntos, docentes e monitores, que discutiam os relatórios juntos, preparavam juntos as questões da prova experimental. Disse ser este um trabalho pedagógico muito bom, e estava sempre presente um docente da equipe, rodando as turmas e exercendo o controle em todas as turmas. Disse que alguns Monitores têm grande habilidade didática e são excelentes. Acredita que essa atividade bem conduzida, num bom programa, que já é exigido para entrar na Monitoria PAE, pode ser muito benéfica. Outro ponto é a questão da carga didática, que é uma questão administrativa. Disse que pelo que estão escutando aqui é extremamente heterogênea a maneira como as disciplinas e as turmas são organizadas. E os dois únicos lugares em que esse conhecimento do todo existe são na CG e na CPG. Se houver algum problema, nesses dois locais há os representantes de Departamento que podem resolver. O que é muito difícil para ser administrado é quando há um problema como, por exemplo, se não estiverem conseguindo cumprir a carga didática; aí então nos cotizaríamos nos Departamentos para fazer cumpri-la. A forma como se fará isso será muito mais simplificada porque envolverá um número menor de pessoas. Propôs em seu Departamento que se estiverem em débito com a carga didática, se faça um rodízio. Considerou boa a proposta em discussão porque ela sedimentará o procedimento que se fazia informalmente, e não retirará da CG e da CPG a maneira como essa carga didática está sendo contabilizada. O **Sr. Diretor** disse que em função desse debate pôde observar que a falta de cobrança por parte da CG de um programa de monitoria foi atitude negativa. Pediu ao Vice-Presidente da CG que dentro de dois meses apresente um programa de monitoria para ser discutido pela Congregação. A seguir colocou em votação, sem prejuízo de emendas, a proposta que está na pauta. O **Prof. Celso Lima** perguntou como estão inseridas as disciplinas de Pós-Graduação nessa distribuição de encargos didáticos. O **Sr. Diretor** respondeu que essa questão não precisa ser vista neste momento, porque não está se discutindo a parte contábil, que pode ser feita depois, porque se o Instituto entender que a disciplina da Pós-Graduação deve ser contada em dobro, não haverá nenhuma problema dentro dessa proposta. O que está sendo discutido é o fato de haver a contabilidade. Propôs que CG e CPG façam uma reunião conjunta e apresentem uma proposta para ser discutida em plenário. Disse que estamos discutindo o numerador; como ele será valorizado, poderá ser deliberado posteriormente pelo Instituto. O **Sr. Arão Garcea**, representante discente, perguntou como é feita a previsão de carga horária total. O **Sr. Diretor** respondeu que no máximo até o mês de novembro é aprovada na Congregação a grade curricular e então se faz uma previsão de turmas. Essa listagem, com número de turmas e quais disciplinas é apresentada aos docentes, e há um processo interativo de acomodação das escolhas docentes. No final há a carga realizada, e essa é a que entra na contabilidade; por isso a média dos encargos dos departamentos tem que ser feita num prazo um pouco mais longo, porque a realizada nem sempre é a prevista. Haverá um processo interativo entre a CG e os Departamentos para honrar todos os encargos didáticos. O **Prof. Ribas** esclarece que, embora na pauta apareça seu nome por conta da mensagem eletrônica enviada, essa proposta não é de sua autoria. Foi discutida em pelo menos duas reuniões de Chefes de Departamento, e é o resultado dessas reuniões. O **Sr. Diretor** voltou à votação, repetindo que é sem prejuízo de emendas; foi aprovada com 3 votos contrários. Prosseguiu dizendo que se poderia aceitar emendas agora ou em qualquer oportunidade, portanto se os estudantes que votaram contra agora tiverem na próxima reunião

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

uma proposta, poderão apresentá-la. Disse que, da mesma forma, convidava a CG para, no prazo de dois meses, apresentar um projeto de Monitoria do IF, o que ajudará a implementar a proposta de carga didática. Sugeriu também que a CG e CPG fizessem uma reunião para discutir o ponto levantado pelo Presidente da CPG. A **Profa. Márcia Fantini** aduziu que quando se propõe um Monitor dentro do Programa PAE há que se fazer um programa para ele e o que se necessita fazer é compilar essa informação que já está lá e trazer aqui. **ITEM II.8 - APRECIÇÃO DOS CONJUNTOS DE DISCIPLINAS PARA A REALIZAÇÃO DOS CONCURSOS DE LIVRE-DOCÊNCIA DOS DEPARTAMENTOS DO IF PARA O 2º PERÍODO DE 2009.** O **Sr. Diretor** disse que agora as disciplinas são do Instituto e qualquer Departamento poderia, em tese, propor qualquer disciplina. No passado isso já aconteceu, ou seja, qualquer Departamento que abrir uma Livre-Docência escolhendo qualquer disciplina no elenco das disciplinas do IFUSP como programa do concurso. Não havendo discussão, foi aprovado o item por unanimidade. **ITEM II.9 - CONCURSO DE LIVRE-DOCÊNCIA JUNTO AO DEPARTAMENTO DE FÍSICA GERAL, NO QUAL ESTÁ INSCRITA A PROFA. CARLA GOLDMAN (EDITAL/IF/08/09).** a) Aceitação da Inscrição, b) Formação da Comissão Julgadora. O **Sr. Diretor** informou que a relatora, Profa. Maria Cristina dos Santos, diz que a documentação apresentada é a exigida pelo Edital. Colocada em votação secreta, a inscrição foi aceita com 34 votos a favor e 1 voto branco. O **Prof. Sylvio Canuto** apresentou a proposta de banca Titular: Professores Amando Ito, Titular da FFCLRP-USP; Clodoaldo Ragazzo, Titular do IME-USP; Maria Teresa Moura Lamy, Titular do IFUSP; Ronald Dickman, Titular do Departamento de Física da UFMG e Wagner Figueiredo, Associado da UFSC. A Profa. Maria Teresa esclareceu que tem trabalho publicado com a Profa. Carla Goldman, há quatro anos, em que têm colaborações. Disse que na reunião do Conselho do Departamento de Física Geral isso não foi considerado importante para banca de Livre-Docência. O **Prof. Canuto** disse que como o assunto foi aprovado pelo Conselho do Departamento de Física Geral, sentia-se desconfortável para propor outro nome. Nesse caso, se a Congregação desejar, sugira outro nome e far-se-á uma votação. Pedeu licença ao Diretor para apresentar a banca Suplente. São eles: Professores Evaldo Curado, Titular do CBPF; Iberê Caldas, Titular do IFUSP; Márcia Barbosa, Associado do Instituto de Física da UFRGS; Nestor Caticha, Titular do IFUSP e Paulo Mascarello Bisch, Titular da UFRJ. O **Prof. Oscar Éboli** perguntou se pode haver um Associado como membro de banca de Livre-Docência. O **Prof. Canuto** respondeu que sim porque já acontecera em outras ocasiões e esclareceu que na Universidade Federal o Professor Doutor entra no nível de Professor Adjunto I, progride até o nível IV e entre o Professor Adjunto e o Professor Titular existe a carreira de Professor Associado. Disse que a Profa. Márcia Barbosa é Professor Associado II e lembrou que já fora aprovada aqui para participação semelhante. A **Profa. Maria Teresa** disse que não tinha nada contra ter seu nome substituído pelo do Prof. Nestor Caticha. O **Sr. Diretor** colocou em votação e apurou-se o seguinte resultado para os membros titulares da Comissão Examinadora. Primeiro escrutínio: Profs. Amando Ito, 5 votos; Clodoaldo Ragazzo, 5 votos; Maria Teresa Lamy, 4 votos; Ronald Dickman, 5 votos; Wagner Figueiredo, 5 votos; Nestor Caticha, 1 voto e 170 votos brancos. Segundo escrutínio: 195 votos brancos. Terceiro escrutínio: Profs. Amando Ito, 37 votos; Clodoaldo Ragazzo, 37 votos; Maria Teresa Lamy, 26 votos; Ronald Dickman, 37 votos; Wagner Figueiredo, 37 votos; Nestor Caticha, 9 votos e 12 votos brancos. A Comissão Examinadora foi constituída com os Profs. Amando Siuiti Ito, Clodoaldo Grotta Ragazzo, Maria Teresa Moura Lamy, Ronald Dickman e Wagner Figueiredo. A seguir foram votados os suplentes da Comissão Examinadora, que obtiveram o seguinte resultado. Primeiro escrutínio: Prof. Evaldo Mendonça Curado, 1 voto e 189 votos brancos. Segundo escrutínio: Profs. Evaldo Mendonça Curado, 1 voto; Iberê Caldas, 1 voto; Márcia Barbosa, 1 voto; Nestor Caticha, 1 voto; Paulo Bisch, 1 voto e 185 votos brancos. Terceiro escrutínio: Profs. Evaldo Mendonça Curado, 35 votos; Iberê Luiz Caldas, 32 votos; Márcia Barbosa, 32 votos; Nestor

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

Felipe Caticha Alfonso, 32 votos; Paulo Mascarello Bisch, 34 votos; Maria Teresa Moura Lamy, 1 voto; Mario Foglio, 1 voto; 1 voto nulo e 185 votos brancos. Foram eleitos suplentes da Comissão Examinadora os Profs. Evaldo Mendonça Curado, Iberê Luiz Caldas, Márcia Barbosa, Nestor Felipe Caticha Alfonso e Paulo Mascarello Bisch. **1a. PARTE EXPEDIENTE – ITEM I.3 – COMUNICAÇÕES DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES.** O Prof. Celso Lima lembrou aos colegas o Programa de Pós-Doutoramento da CAPES cuja inscrição se encerra no próximo dia 10 de julho. Pediu aos que tivessem interesse que se inscrevessem até o dia 1º de julho, porque haverá uma reunião da CPG no dia 2. Lembrou ainda que esse Programa não é formatado para um Instituto como o nosso, sendo entendido como um Programa de senso um pouco mais amplo e que será submetido pela CPG, que terá que fazer uma seleção caso haja vários candidatos. A ideia é que esse Pós-Doutor seja inserido no corpo docente institucional; essa é uma exigência da CAPES. Disse que no seu entender o ideal seria que a CPG tivesse condições, ela mesma, de conduzir esse processo e formatar na CPG um Programa da Comissão de Pós-Graduação para esse Programa Nacional de Pós-Doutoramento. Entende que num Instituto como o nosso, isso é essencialmente inviável, mas o espírito do Programa vai nessa direção. Comunicou que essa seria a última participação sua na Congregação na qualidade de Presidente da CPG, porque deixa o mandato no dia 3 de agosto próximo. Informou que será substituído pela Profa. Carmen Prado, do Departamento de Física Geral, e a Vice-Presidente será a Profa. Lucy Assali, do Departamento de Física dos Materiais e Mecânica. Agradeceu aos colegas e disse que essa fora uma experiência muito interessante. O Sr. Diretor agradeceu ao Prof. Celso Lima o empenho e a retidão com que gerenciou a CPG, e disse que foi uma gestão muito profícua com a qual o Instituto de Física ganhou muito. Agradeceu o empenho profissional e pessoal. O Prof. Dmitri Gitman perguntou qual era o período do Pós-Doutoramento da CAPES e qual o valor da bolsa. O Prof. Celso Lima respondeu que era um projeto de três anos, que pagavam uma bolsa normal de Pós-Doutoramento e que vinha com um enxoval. Sugeriu que o *site* da CAPES fosse consultado para obter as informações que ele não conseguiu dar por não se lembrar. A Profa. Marina Nielsen relembrou que a Comissão de Pesquisa está organizando o próximo Curso de Verão e que pediu aos Departamentos sugestões de nomes para proferirem as palestras e organizarem os simpósios. Disse também que a CPq pediu às secretárias dos Departamentos que fizessem um levantamento dos projetos submetidos pelos docentes do Instituto que tenham sido contemplados pelas agências financiadoras para que, usando esses dados, se possa fazer uma melhor avaliação sobre a produtividade do Instituto de Física. A Profa. Vera Henriques relatou que a Comissão Coordenadora do Curso de Licenciatura tinha intenção de apresentar uma proposta de reformulação do curso para 2010, contudo decidiu adiar essa proposta para 2011 porque existe um prazo de apresentação, colocado pela Reitoria, até final de maio para poder passar por todos os trâmites necessários. Disse que para definir o curso de Licenciatura que se quer, há que se definir o perfil do Licenciando que se quer formar. Dentre os itens necessários, considerar-se que ele deve ter não só o conhecimento sólido de Física como também que é um educador que tem papel importante na sociedade, e para que seja um bom professor tem que ter conhecimento das teorias pedagógicas. Disse ser importante ter em mente que o professor atuará no ensino básico e que o ensino médio mudou sua função: na medida em que está sendo universalizado no país, deixa de ser uma etapa anterior ao curso superior e tem que ser visto como etapa de formação geral do indivíduo. A maioria das pessoas que cursam o ensino médio não segue seus estudos num curso superior, portanto, o ensino médio não é uma preparação para o ensino superior. Isto está nos parâmetros curriculares nacionais do MEC. Além do conhecimento das teorias físicas é preciso ter também conhecimento das teorias educacionais, e isso é desenvolvido também pelo Instituto de Física e não só na Faculdade de Educação. Por último, prosseguiu, uma parte importante da formação desse futuro professor é a formação prática. Uma das ações da CoC

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

que deu bastante trabalho foi implementá-la. Um item que considera importante é também envolver os alunos durante o curso com programas de desenvolvimento de pesquisa, através dos estágios já mencionados e atividades em algumas disciplinas, o que está sendo um pouco mais difícil de implementar por falta de contratação de educadores. Contudo, há vários Programas nos quais os alunos da Licenciatura estão sendo envolvidos, em particular Ensinar com Pesquisa, da Pró-Reitoria de Graduação, e o Aprender com Cultura e Extensão, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Prosseguiu dizendo que como todos já sabem, faltam professores de ciências e, em particular, professores de Física por conta do baixo salário dos professores. Informou que o professor do ensino médio na rede pública trabalha dando 40 horas de aula semanais, em sala de aula, portanto o tempo que sobra para preparar aulas estudar etc. é muito pouco, o que também é um problema. Disse que para alcançar as metas propostas para a formação de professor, a CoC está focando seus esforços na revisão de conteúdo, novas metodologias, formação prática, apoio ao ingressante e monitoria integrada, a qual tentarão implementar neste semestre. Em relação ao conteúdo propõe uma menor modificação como, por exemplo, colocar a estrutura da matéria ao longo de todo o curso, desde as disciplinas de Mecânica, Termodinâmica, Oscilações; introduzir a experimentação qualitativa nas aulas teóricas; transformar o laboratório num laboratório mais de investigação e menos de verificação, e uma melhor articulação dos conteúdos. Para fazer essa implementação, se o Instituto aceitar a proposta da CoC, será necessário ter material didático preparado, teórico e experimental. Outro item que disse considerar importante é a questão das novas metodologias, e o que aprendeu ao longo desses meses é que existe uma quantidade grande de dados e estudos que devem ser aproveitados. Disse que em várias publicações vê-se que há uma grande preocupação internacional com a mudança dessa forma de trabalho na sala de aula, na direção de um aluno mais participante. Mostrou um artigo recente onde se vê que algumas Universidades americanas criaram uma rede que se preocupa com a formação em Física no ensino básico, visando preparar bons professores para o futuro. O Prof. João Zanetic disse que temos no Brasil enorme experiência sobre ensino, levando em consideração inclusive a realidade nacional e perguntou se isso foi levado em consideração. A Profa. Vera Henriques disse que era muito pertinente a pergunta e informou que estava trazendo estudos norte-americanos porque são os que reúnem esses vários estudos. Disse não ter conseguido encontrar no Brasil, embora tivesse consultado vários colegas, nenhum texto sobre o assunto. O Prof. João Zanetic informou a existência desse material e ofereceu-se para indicá-lo. A Profa. Vera Henriques mostrou os três princípios de como as pessoas aprendem, sendo o primeiro que os professores precisam trabalhar com o conhecimento anterior que os estudantes trazem; o segundo, que os professores têm que conhecer o assunto em profundidade, mas também precisam trazer fundamento de conhecimento factual, e que a cobertura superficial de todos os tópicos numa área deve ser substituída por uma cobertura em profundidade, de poucos tópicos, que permita que os conceitos da disciplina sejam compreendidos. O terceiro é que os estudantes sejam capazes, ao longo do curso, de verificar como está seu próprio conhecimento. O ensino deve basear-se nestes três princípios. Repetiu, para reflexão, que os currículos que enfatizam a amplitude de conhecimento podem impedir a organização efetiva do conhecimento, porque não há tempo de aprender nada em profundidade. Disse, também, ser importante que conhecimento numa área não garante que se possa eficientemente ensinar outros sobre a área. Mostrou que, e disse estar de novo usando um exemplo de fora do país, que é a ideia do aprendizado colaborativo, que está sendo implementado em várias Universidades. Disse que para fazer um ensino diferente é preciso ter salas de aula que permitam a experimentação nas mesmas, computadores, discussões etc. Disse que para o Instituto de Física tem um projeto de uma sala assim e, para tanto, improvisou-se a sala 212, da ala II. Em relação à formação prática, reconhecendo que o conhecimento prático está nas escolas e é tão importante na formação dos professores quanto o

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

conhecimento prático na formação dos médicos, é uma orientação específica tanto do MEC quanto do Programa de Formação de Professores da USP, a iniciativa de levar os Licenciandos para a escola. Disse que o IF tem 55 alunos em 3 escolas diferentes, com atividades em que levam o material experimental e trabalham juntamente com o Professor. Informou que há projetos escritos com apoio da Pró-Reitoria de Graduação. Mostrou o desempenho dos Licenciandos do IF no vestibular, com médias muito baixas, e diz que há um trabalho de apoio a esses alunos para que terminem o curso, com qualidade. Informou, por fim, que para o segundo semestre está se iniciando um trabalho de monitoria integrada objetivando o melhor desempenho dos alunos ao longo do curso.

**ITEM II.11 – HOMOLOGAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO COORDENADORA DO CURSO DE BACHARELADO – CoC, INDICADA PELA CG.** O Sr. Diretor convidou, para apresentar a proposta da CG para a CoC do Bacharelado, o Prof. Valmir Chitta que informou que o Conselho de Graduação aprovou em novembro de 2008 uma nova Resolução que estabelece as normas de funcionamento das novas Comissões de Coordenação de Cursos. Essa Resolução foi publicada no Diário Oficial em janeiro de 2009 quando passou a vigorar. Essas novas normas ampliam o número de participantes das CoC's e suas atribuições. Não existe limitação do número de participantes das CoC's, mas eles devem fazer parte da Unidade que oferece o curso e, se houver outra Unidade envolvida, uma porcentagem dos membros da CoC deve pertencer a essa Unidade, além da representação discente. O Regimento Interno do IFUSP anterior a essa Resolução limita o número de participantes, portanto a CG houve por bem indicar a nova CoC do Bacharelado mantendo a regulamentação presente no Regimento do Instituto e, se a Congregação desejar alterar esse Regimento para ampliar a formação das CoC's, tanto da Licenciatura quanto do Bacharelado, terá que decidir em seu âmbito. Mantido o Regimento do Instituto, a CoC deve ser composta por quatro professores do IF, um representante do IME e um representante discente. Dos quatro docentes do IF, um será representante dos membros titulares da CG, outro dos membros suplentes e dois professores convidados. Na última reunião da Comissão de Graduação foram indicados como representante dos membros titulares o Professor Raphael Liguori Neto, do Departamento de Física Nuclear, e como representante dos suplentes o Professor Hideaki Miyake, do Departamento de Física Experimental; como convidados indicou os Professores Victor Rivelles do Departamento de Física Matemática, e Hercílio Rechenberg do Departamento de Física dos Materiais e Mecânica. Finalizou dizendo que para completar a composição faltava apenas a indicação do membro do IME e a eleição do representante discente. Respondeu uma pergunta da Profa. Marina Nielsen dizendo que, conforme discutido na CG, como há no IF um grupo que vai propor uma alteração no currículo do Bacharelado, e é a CoC que deve analisar essa proposta e encaminhá-la para apreciação da CG, a CG optou por não ter nenhum membro desse grupo ou de qualquer outro que tenha proposta, fazendo parte da CoC. A Profa. Marina Nielsen questionou o fato de a CoC analisar a proposta a ser elaborada por esse grupo e o Prof. Valmir Chitta disse que é uma das atribuições da CoC apresentar propostas sobre o curso. Se houver qualquer proposta externa à CoC ou de qualquer membro do IF, a CoC pode analisá-la e acolhe-la ou não. A Sra. Patricia Magalhães perguntou se podem fazer propostas de mudanças ou apenas se deve votar sim ou não. O Sr. Diretor respondeu que se não for acatada a proposta, voltará à CG com as sugestões. A seguir colocou em votação a proposta que foi homologada com 21 votos a favor, 10 votos contra e 2 abstenções.

**ITEM II.10 – EDITAL PARA ABERTURA DE CONCURSO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, REF. MS-3, EM RDIDP, JUNTO AO DEPARTAMENTO DE FÍSICA DOS MATERIAIS E MECÂNICA.** Não havendo discussão o Sr. Diretor colocou em votação, e foi aprovado por unanimidade.

**ORDEM SUPLEMENTAR - ITEM II.12 – EQUIVALÊNCIA DE TÍTULO DE MESTRE DO SR. YOELVIS OROZCO GONZÁLEZ, OBTIDO NO INSTITUTO SUPERIOR DE TECNOLOGIA Y CIENCIAS APLICADAS DE CUBA.** Não havendo discussão o Sr. Diretor

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

colocou em votação secreta, e o item foi aprovado com 26 votos a favor, 1 voto contrário e 5 votos brancos. A seguir, o **Sr. Diretor** comunicou à Congregação que na semana passada houve uma reunião de Diretores para discutir o movimento de greve na Universidade e dela foi extraído um documento o qual diz ter assinado. Após essa assinatura, disse que foi procurado por dois funcionários e um aluno, que buscavam esclarecimentos sobre o motivo de sua assinatura. Disse que entendia que houvesse interpretações diversas, mas que gostaria que atentassem para o texto que foi assinado, particularmente porque reforça o respeito à hierarquia e à estrutura regimental, e a responsabilidade dos dirigentes da Universidade. Esse documento aconteceu por consequência de uma crise que se instalou dentro da Universidade e que eclodiu por conta da ação indesejada da polícia nos conflitos com estudantes. **ITEM 1.5 – COMUNICAÇÕES DOS MEMBROS DA CONGREGAÇÃO.** A **Sra. Patrícia Magalhães** leu uma nota – transcrita a seguir - aprovada na assembléia dos alunos de pós-graduação do campus da capital da USP, ocorrida na semana passada, que no seu entendimento resume bem a discussão havida e a indignação, não só dos alunos do Instituto de Física que estavam presentes, mas dos estudantes em geral, por conta do documento assinado pelo Sr. Diretor. *“Os pós-graduandos da USP Capital vêm, por meio desta nota, posicionar-se contra o Manifesto de Dirigentes de Unidades da USP assinado por 38 Diretores de Unidades no dia 15 de junho de 2009. Entendemos que o apoio conferido à Reitoria é também o apoio à repressão violenta e descabida posta em prática pela polícia militar na USP contra as manifestações democráticas e legítimas de funcionários, estudantes e professores que defendiam seus direitos e pediam a saída da PM do campus\*. Denunciamos, dessa forma, a ilegitimidade de ações que, como essa, geram a criminalização de movimentos sociais, impedem a livre manifestação e expressão de idéias e, assim, impossibilitam o diálogo e o respeito aos direitos humanos e constitucionais. Salientamos, ainda, a contradição exposta pelo documento quando diretores, sem qualquer diálogo com segmentos de suas unidades, assinam um Manifesto que, para defender uma suposta democracia, apóiam incondicionalmente a repressão e a violência na universidade pública. Esse deslocamento entre o posicionamento dos Diretores e a opinião dos estudantes, funcionários e professores das respectivas Faculdades e Institutos expressa o absurdo da atual estrutura de poder da USP, na qual os Diretores de Unidade, escolhidos pela Reitora, respondem antes a esta que a sua própria comunidade. Além disso, tal Manifesto constitui-se numa fraude política pois abusa do desconhecimento geral sobre a estrutura de poder da USP: os diretores de unidade não são uma nova força legitimadora das ações da Reitora, uma vez que todos são membros do Conselho Universitário e, por isso, não só são coniventes desde o início com as políticas repressivas, como também são, em muitos casos, seus formuladores. Conclamamos, portanto, ações de diálogo e negociações entre os diferentes segmentos da comunidade da USP para que possamos encontrar soluções para os graves problemas que enfrentamos. Para tanto, defendemos uma reforma radical da estrutura de poder da universidade em todos os níveis. É urgente a criação de canais efetivos para que o diálogo se torne a base de uma Universidade verdadeiramente plural e democrática para a geração e transmissão de conhecimento.”* O **Sr. Marcelo Bonetti**, representante discente, disse que não é de hoje que a Reitora tem enfrentado problemas políticos e há um grande histórico de como ela tem trabalhado com a repressão dos movimentos que surgem aqui na USP, sejam sindicais, sejam estudantis, que mostra uma política de repressão, que entendem estar equivocada. Culminou com a ação ocorrida no último dia 9, com uma repressão que não foi vista nem na época da ditadura militar. Disse que os alunos estão muito preocupados com isso e que em várias Congregações já têm tido respaldo dos demais membros no sentido de propor uma moção de repúdio a esse tipo de intervenção, com a polícia no campus, para fatos que não são criminosos. A presença da Polícia Militar no campus era a pedido da Reitora, o que teve várias consequências, inclusive a adesão de vários professores que não estavam aderindo à greve e que passaram a aderir devido à gravidade desse incidente. Leu então seu pedido e solicitou à

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

Mesa que propusesse a votação de uma moção de repúdio. *"A Congregação do Instituto de Física, reunida no dia 25 de junho de 2009, manifesta seu repúdio à presença da Polícia Militar na Universidade de São Paulo para coibir atos políticos e a repressão violenta e descabida à manifestação ocorrida na terça-feira, dia 9 de junho. São fatos absolutamente inaceitáveis que contrariam a função social de uma Universidade comprometida com o livre saber."* O Prof. Américo Kerr disse que por circunstâncias familiares praticamente nascera dentro da Universidade, e que em 1964 seu pai era Chefe do Departamento de Biologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro e, em abril daquele ano, após o golpe militar, aos 11 anos acordou com seu pai sendo levado pela polícia para a Delegacia da cidade. Depois disso, assistiu a violência da ditadura militar, ao longo dos anos, sobre a Universidade. A desocupação violenta pela PM dos prédios do CRUSP, antes disso o desmonte de dois prédios do CRUSP onde hoje está localizada a Reitoria, para sacramentar a desocupação do CRUSP pela ditadura militar. Disse que assistiu depois as cassações, forte repressão às passeatas e movimentos sociais em todo o país. Disse que não esperava, após todas essas lutas feitas pela democratização do país, ver a Reitora da Universidade de São Paulo trazer a polícia aqui para dentro para resolver conflitos de ordem sindical e política. Disse que estava na Comissão que discutiu com a Reitora o risco de trazer a PM para enfrentar funcionários e estudantes e acabar por atingir também docentes da Universidade. Policiais armados com escopetas e metralhadoras. Isso não é um instrumento do qual a Universidade pode lançar mão para discutir com a comunidade. O dia 9 de junho foi uma barbaridade. A polícia estava desocupando a Rua Alvarenga e as bombas explodindo no estacionamento dos Departamentos de História e Geografia sobre professores, alunos e funcionários. Relatou que dois alunos do IF foram feridos; um deles com uma granada de borracha e outro, seu estudante de Iniciação Científica, com um tiro de borracha na perna. Disse ser inaceitável que se use esse instrumento dentro da Universidade para controle social do movimento. Disse ver muitos colegas justificando isso diante da ocupação da Reitoria que houve em 2007. Que instrumento a Reitora pode usar para enfrentar o que se chama de violência da ocupação do prédio da Reitoria, perguntou. Esse instrumento, com o apoio de alguns, deve ser a Polícia Militar, disse. Prosseguiu dizendo que, de novo, em reunião com os Reitores, se manifestara duramente contra seus argumentos de que a ocupação da Reitoria fosse tratada como uma violência contra a Universidade. Na verdade, disse, violência foram os decretos do Governador José Serra que, se estivessem vigendo da forma como ele ditou, as Universidades estariam devolvendo, ao final do ano, seus recursos para os cofres do Estado, como fazem as Universidades Federais. Disse que neste ano, nas negociações que estão fazendo, há o relato dos Reitores sobre a sobra de caixa do final do ano passado, da ordem de duzentos e onze milhões na UNESP, trezentos e vinte e quatro milhões na USP e setenta e três milhões da UNICAMP que são só da sobra de caixa, efetivamente, sem computar os restos a pagar que também seriam recolhidos para os cofres do Estado. Quando as Universidades Federais não usam o dinheiro até o final do ano, ele é recolhido. Mais de seiscentos milhões seriam recolhidos para o governo do Estado e isso é possivelmente mais que o orçamento da FAPESP do ano todo. Prosseguiu dizendo que a violência do governo do Estado sobre esta Universidade é enorme e começou retirando a Presidente do Conselho dos Reitores, a Reitora da USP, e colocando um Secretário de Estado em seu lugar, sem ter a cortesia de discutir com os Reitores. Outras violências permanecem em seus Decretos que não conseguimos fazer recuar como, por exemplo, separar a FAPESP das Universidades, colocadas em Secretarias diferentes; separar a UNESP do Centro Paula Souza, colocando-os em Secretarias diferentes, apesar de serem um único organismo. O governo montou um Frankenstein do ponto de vista do ensino superior e técnico neste Estado. Isso é uma violência. A ocupação é um método com o qual podemos não concordar por ter exageros, mas quem aqui duvida que sem ela o governo do Estado não teria recuado. Disse que são estudantes que,

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

passada a ocupação, voltaram para a sala de aula. Não são vândalos, não estão por aí destruindo carteira, pichando paredes nem nada. Voltaram para a sala de aula, não estão destruindo a Universidade. Destruição seria tomar esses mais de seiscentos milhões, no final de 2008, das Universidades que tiveram que pedir licença para o governo do Estado para transpor qualquer alínea do seu recurso, destruir a autonomia de gestão financeira desta Universidade. Isso não pode justificar a violência que foi feita. Disse que a Reitora acabou sendo usada pelo governo do Estado, que disse que não podia fazer nada porque ela tinha chamado a Polícia. Prosseguiu dizendo que a comunidade não pode aceitar uma coisa dessas. Quem viveu a ditadura militar, quem viveu a sua violência, soube de dois Reitores desta Universidade que foram Ministros da Justiça Militar, não pode aceitar que a violência volte como método de interferência na vida, no cotidiano das Universidades. E por isso é indispensável que esta Congregação manifeste seu repúdio incondicional ao uso da repressão policial militar que põe em risco a integridade física de docentes, alunos e funcionários desta Universidade, um repúdio ao seu uso como instrumento de controle das negociações políticas e sindicais dentro da Universidade. O **Sr. Diretor** disse que diante da importância do ponto e da gravidade da situação gostaria de esclarecer a Congregação, como Presidente desse Colegiado, sobre o que exatamente foi assinado. Disse que os atos praticados não estão livres de interpretações, contudo tentaria esclarecer e responder às duas importantes manifestações feitas neste Colegiado. Prosseguiu dizendo que não corresponde a intenção nem ao que foi escrito, algumas coisas ditas aqui, e diz se referir em particular ao Diretor do Instituto de Física que subscreveu o documento, por exemplo, "apoio à repressão violenta". Esclareceu que os dirigentes de Unidades abaixo assinados *"reafirmam sua firme convicção de valores democráticos e éticos que devem reger a vida universitária que incluem o convívio civilizado com contraditório debate profundo de idéias e o inegociável respeito aos direitos humanos e constitucionais, bem como às leis que regem a convivência comum no estado democrático de direito"*. Prosseguiu com o que foi mencionado quanto ao "apoio incondicional à repressão e responder à Reitora, antes das Unidades". Esclareceu que o total apoio à Reitora é no desempenho do seu papel institucional e não à Reitora sob qualquer condição. Apoiaram a Reitora na implementação dos princípios mencionados. Quanto ao trecho *"Conclamamos toda a comunidade universitária ao entendimento em torno do respeito ao direito de greve e da livre expressão de idéias"* disse que ninguém criminalizou a greve nem assinou contra a manifestação de idéias, ao contrário, são a favor, refutando qualquer tipo de violência a qual não apóiam, seja por grevistas, seja por policiais. Se alguém cometeu violência, isso deverá ser apurado e julgado. Disse que não sabe se houve violência porque não estava lá, mas que viveu aqui dentro do Instituto de Física a época da ditadura porque estava aqui em 1964, 1965, 1966, 1967 e 1968. Quanto ao trecho *"Ao mesmo tempo enfatizamos que, nos termos da lei, as manifestações e atos de persuasão utilizados por grevistas devem preservar o acesso ao trabalho sem causar ameaça ou danos às pessoas ou ao patrimônio público, como os que geram, em primeira instância, a necessidade de ações judiciais de reintegração de posse e subsequente presença da polícia no campus para seu cumprimento"*, manifestou-se dizendo que isso era algo que ele defendia: o direito de greve e do acesso ao trabalho de quem assim quiser. Disse que, talvez, a única frase que pode ser questionada no manifesto dos dirigentes é a última. Disse compreender o ponto de vista do manifesto dos estudantes, que no seu entendimento não está em desacordo com o que está escrito no documento por ele subscrito; pode estar em desacordo com as interpretações. E reiterou que em nenhum instante os dirigentes apoiaram a violência e que se ela existiu, não vê nenhum problema em que se apure por meio de sindicância, um Boletim de Ocorrência ou qualquer outro procedimento. Diz não ter nenhum problema com relação a isso, mas sim tem problema em ir contra o seu juramento de defender o Estatuto da Universidade, de honrá-lo enquanto não for mudado. Continuo afirmando que existem mecanismos de mudar as coisas e

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

não vê problema em discutir isso. Reiterou que em nenhum momento houve apologia à violência. Disse que não foi isso o que assinou, e informou que com relação ao pedido de votação da moção há procedimentos regimentais que devem ser observados, como por exemplo, para se fazer uma votação o item deve estar na pauta. O Sr. Marcelo Bonetti manifestou a posição dos alunos dizendo que lhe parece bastante contraditório o documento citado pelo Diretor ser uma resposta ao ocorrido no dia nove de junho último. Se o Diretor entende que o que aconteceu no dia nove de junho foi isso, ou seja, uma simples resposta da Reitora à invasão promovida por, como disse o Prof. Américo, baderneiros, acredita que ele não está entendendo o que aconteceu; contudo, num ano de eleição acredita que o Diretor saiba muito bem o que aconteceu. Prosseguiu dizendo que o que estão pedindo em sua moção é exatamente o que disse o Sr. Diretor, que é o repúdio à repressão descabida e, pelo que entendeu, ele apoiará essa moção porque é o que entende que está escrito nessa carta. Disse que para os estudantes o difícil de entender é porque trinta e oito Diretores assinaram esse manifesto, e depois outros Diretores, com o mesmo sentido do que disse o Sr. Diretor, apresentaram um manifesto contrário à ação da Reitora, porque também não era um manifesto dizendo que se apóia atos criminosos ou a invasão, ao contrário, os demais Diretores também disseram que o que se apóia é a livre expressão nesta Universidade; fatos políticos que sejam tomados como fatos políticos e não como fatos criminosos. Disse que entendiam ser muito importante que neste momento digam para a Reitora e para as forças políticas que estão se articulando para esta eleição que não vão aceitar este tipo de ação. Disse entender que os trinta e oito Diretores que interpretaram da mesma forma que o Diretor do IF a carta que escreveram, também vão apoiar a moção dos estudantes. Disse que isso precisa ficar muito claro. Nesse sentido, se não houver a possibilidade de uma votação hoje da moção proposta, se não houver a possibilidade de uma reunião de Congregação extraordinária para que se discuta e se aprove isso o mais rápido possível, que em agosto isto esteja presente e se vote e se posicione qual é a relação que o Instituto de Física e sua Congregação têm com o entendimento do que ocorreu no dia nove de junho. Sob o olhar dos estudantes, não só dos que participaram, mas de todos os estudantes, e a carta que foi lida pela Sra. Patrícia é da APG, aprovada em Assembléia e, portanto, uma opinião de um conjunto muito mais amplo do que especificamente o do Instituto de Física, entendendo o que aconteceu dentro dos seus diversos nichos aonde ocorrem forças políticas diferentes. Disse que não foi uma acusação ao Sr. Diretor por ter assinado o documento, mas que pessoalmente havia se surpreendido em ter visto sua assinatura porque imaginava que ele conversaria com a comunidade; e os estudantes não foram consultados. Disse que talvez os outros docentes tenham sido consultados sobre se era uma postura adequada ou não da Direção, ainda que a Congregação não tenha que opinar na posição política do Diretor do Instituto de Física num ano eleitoral. O Sr. Diretor esclareceu que a reunião que levou à assinatura do documento foi convocada por alguns Diretores, diante do mal estar da crise criada pela presença da polícia e pelo rompimento do diálogo. Entendeu-se, então, que era o momento de se fazer uma manifestação para retomar o diálogo. Disse que, observando-se o documento subscrito por nove Diretores, lê-se na primeira linha "apoio à Reitora". Prosseguiu dizendo que muitos desses Diretores estavam presentes no debate com a Reitora quando o documento foi entregue e que considera que não era o momento para pedir a renúncia da Reitora. Sendo ela uma figura institucional, deve-se ir pelos caminhos institucionais. Para se pedir a renúncia da Reitora há que haver um procedimento que mostre uma violação que justifique o pedido. Prosseguiu dizendo que havia uma crise, havia a necessidade de uma manifestação porque os Diretores não podiam estar alheios a ela, mas houve mais que tudo a intenção de reabrir o diálogo. Esse foi o motivo principal do documento. Disse entender que o Diretor é o representante de uma instituição e tem uma delegação e, nesse caso, usou a sua delegação; e se acertou ou errou, será julgado. Há situações em que não é possível esperar e o

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

Diretor deve discernir sobre o que fazer, é prerrogativa dele. Poderia optar por não participar, mas participou da discussão sobre o documento sem pensar se é ano de eleição. Disse não ser candidato a Reitor e que não propôs a recondução de Diretor na mudança do Estatuto. O **Prof. João Zanetic** falou sobre a questão do rompimento do diálogo que, segundo ele, aconteceu por estarmos numa campanha de data base. O Fórum das Seis apresentou a pauta de reivindicações ao Conselho de Reitores, procedimento normal desde 1991 quando da constituição do Fórum das Seis que assinou um acordo de data base no mês de maio. Disse que neste ano entregaram a pauta em 15 de abril e foi marcada a primeira reunião de negociação para o dia 18 de maio. Aconteceu a reunião e foi apresentado pelo Conselho de Reitores, como sendo o final da negociação, o índice de 6,05% que correspondia naquele momento ao índice FIPE do período de maio de 2008 a abril de 2009. Informou que levaram para suas Assembléias avaliarem e, depois, foi marcada uma nova reunião de negociação para o dia 25 de maio. Nessa reunião, o Conselho de Reitores não queria a presença de vários membros que normalmente participam, como a representação do ANDES, além da representação dos DCE's formada por dois representantes de cada DCE, sendo que só queriam aceitar a presença de um. A **Profa. Márcia Fantini** comentou que o que se ouviu sobre esse acontecimento foi que houve uma provocação por parte de um antigo funcionário da USP, que fora demitido, que responde a um processo e que se apresentou para participar da reunião. O **Prof. Zanetic** esclareceu que inicialmente, a informação recebida da Reitoria pela coordenação do Fórum das Seis é que entraria apenas um representante de cada DCE, e que a FASUBRA e o ANDES não participariam da reunião, assim como o Brandão, funcionário cuja demissão ainda está na justiça e que ainda é Diretor do SINTUSP. Exemplificou dizendo que a ADUSP poderia indicar uma empresa de assessoria para representá-la, pois quem define seus representantes são seus Sindicatos. O **Prof. Américo Kerr** esclareceu que o Brandão tem sido indicado politicamente pela assembléia do SINTUSP para participar da negociação. Na negociação anterior ele havia sido indicado, entrou no vestibulo, foi impedido de entrar e em seu lugar entrou uma placa com seu nome. Esse acontecimento foi um acréscimo de exclusões do CRUESP, de pessoas que participavam habitualmente. O **Prof. Zanetic** prosseguiu informando que no dia 4 de junho, dada a presença da Polícia Militar no campus, a assembléia da ADUSP aprovou greve a partir do dia 5 de junho, bem como a ida de uma Comissão para dialogar com a Reitora. Informou que nesse dia estavam presentes 25 docentes e citou uma metáfora de uma colega docente da Faculdade de Educação que disse à Reitora que se estivesse em sala de aula e um aluno lhe atirasse um giz, não atiraria o apagador em sua cabeça, mas estabeleceria um diálogo com ele e com toda a classe, usando sua autoridade enquanto educadora, enquanto pesquisadora, enquanto pessoa reconhecida pelos alunos como tendo essa função, inclusive de autoridade educacional. Poderia ser que no diálogo se esclarecesse que ela tivesse exorbitado e que o giz era simbólico, porque afinal não era nada que ferisse. No diálogo poderia pedir desculpas por eventual ultrapassagem do limite da autoridade educacional. Isso foi dito à Reitora como metáfora do procedimento da falta de diálogo. No dia nove de junho disse que estavam em assembléia no Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, quando foram interrompidos pelos disparos e ele próprio dirigiu-se ao estacionamento e viu uma bomba de gás lacrimogêneo que fora atirada lá da Reitoria, explodir em seus pés. Essa foi a violência que testemunhou. Disse que a greve é um direito e que ele estava em greve e que queria saber se o Instituto de Física vai estabelecer um diálogo decente com quem está em greve, visando a reposição de aulas. Prosseguiu falando sobre a reforma do Estatuto que, no seu entendimento, não ocorreu com diálogo democrático, haja vista a reforma da carreira docente aprovada no Conselho Universitário no dia quatro de março, que não apresentou justificativa acadêmica para a inclusão dos níveis horizontais. Disse que estão questionando na justiça a votação ocorrida no Conselho Universitário, pois havia um representante dos Professores Assistentes que era Doutor havia um

# INSTITUTO DE FÍSICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## ATAS

ano e meio. Disse ter participado da reforma do Estatuto da Universidade em 1988, quando o Prof. Goldemberg era Reitor, e ficou estabelecido então que qualquer votação sobre a qual pairasse dúvida quanto ao seu resultado, teria recontagem de votos, e isso não aconteceu na votação do dia quatro de março. O **Prof. Vito Vanin** disse que não é possível lidar com uma ação com diálogo. Se uma ação passa dos limites que permite saber se houve diálogo, é necessária uma ação. Disse entender que essa polícia é a polícia da democracia, que a Reitora chamou como poderia dispensar o que, aliás deveria ter feito. Se o piquete ameaçou a integridade, é absolutamente legítimo trazer a polícia. Acabado o piquete, a polícia deveria se retirar. Disse que a invasão da Reitoria passou completamente dos limites e não havia diálogo que permitisse recuperar o funcionamento normal da Universidade. O **Prof. Américo Kerr** disse que havia uma proposta de que se a Congregação não vai se manifestar sobre esse tema nesta sessão, que se fizesse uma reunião extraordinária para discuti-lo, porque quando se chama a Polícia Militar para dentro da Universidade, chamam-se os seus métodos: a bomba, a metralhadora e o revólver. Disse ser importante discutir, porque entende que está faltando debate, discussão na Universidade. Por exemplo, a ocupação terminou com negociação, sem intervenção da polícia e com vitória muito grande para os Reitores. Vitória que neste ano representava seiscentos milhões de perda de recursos da Universidade, se os Decretos do Governador tivessem sido mantidos. Finalizou reiterando seu pedido de chamar uma reunião extraordinária da Congregação para discutir esses assuntos importantes, para que não se perca o momento. A **Sra. Patrícia Magalhães** disse que não valia a pena entrar em discussão nesse momento porque já se vê o Sr. Diretor se contradizendo, informando que é signatário, também, da moção do Conselho Universitário que diz que a Reitora tem que chamar a polícia. O **Sr. Diretor** corrigiu dizendo que não havia a palavra "tem". A **Sra. Patrícia** disse que não entraria no mérito da questão porque não estava discutindo a palavra certa, estava discutindo a intenção. Reiterou que era preciso fazer uma discussão séria, mas que nesse momento a Congregação estava muito esvaziada e que esse era um debate fundamental e há, no seu entendimento, outra série de vícios nessa estrutura de poder absolutamente antidemocrática, como por exemplo, fazer-se reuniões do Conselho Universitário no IPEN sem a convocação dos representantes discentes. Disse que era preciso que o Instituto de Física debatesse essas coisas importantes e parasse de fazer reuniões objetivas, pontuais e que debatesse a posição de seu representante no Conselho Universitário. Recomendou que o Sr. Diretor convocasse uma reunião extraordinária da Congregação ainda para este semestre. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Diretor encerrou a reunião às 12h18m, e eu, Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitum, Assistente Acadêmica, redigi a presente ata por mim assinada e pelo Sr. Diretor. São Paulo, 25 de junho de 2009.